selheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o seu julgamento em diligências, nos termos do art. 27, § 3º, inciso I da Resolução n.º 007/2019-CPJ, devolvendo-se os presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para o cumprimento das diligências descritas no voto do Relator.

1.1.13. Processo n.º 000242-151/2019

Requerente(s): Denúncia Anônima

Requerido(s): Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA)
Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades no DETRAN/PA, em relação ao processo de contratação da Empresa Systech Sistemas e Tecnologias e Informática Ltda, cujo objeto é o fornecimento de licenças de software de virtualização de servidores

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.14. Processo n.º 000884-112/2021

Requerente(s): Jarbas Rocha Junior

Requerido(s): Hospital Unimed Prime

Origem: 1º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos e de Acidentes
Assunto: Recurso em Notícia de Fato. Recorrente alega que há desrespeito ao direito de prioridade de atendimento de pessoa idosa na Unimed Prime O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU no mérito pelo NÃO ACOLHIMENTO DA REVISÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO, sendo devido o arquivamento, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, considerando que não há elementos pertinentes nos autos que demonstrem que a demanda requer maiores intervenções da Promotoria de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho.

1.1.15. Processo n.º 000934-151/2021

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Fiaciola de Souza, Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo e Allan Gomes Moreira

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Recurso em Notícia de Fato. Recorrente alega que há envolvimento de agentes públicos no suposto cometimento de estelionato previdenciário.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, MANIFESTOU-SE NO MÉRITO pelo NÃO ACOLHIMENTO DA REVISÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO, sendo devido o seu arquivamento, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, visto que não há elementos pertinentes nos autos que demonstrem que a demanda requer intervenção da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

1.1.16. Processo n.º 000101-151/2017

Requerente(s): Alexandre Martins Lima

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Manoel Maximiano Junior
Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Avaliar conduta do Reitor da UEPA que aplicou penalidade diversa da sugerida pela comissão processante de PAD em desfavor de Manoel Maximiliano Júnior

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

Itens 1.1.1 a 1.1.16 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.2. Processos de Relatoria do Conselho Relator MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo n.º 002007-025/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Condomínio Cittá Maris

Origem: 5º PJ Cível de Marituba

Assunto: Apurar o funcionamento irregular do Condomínio Cittá Maris, por operar sem a licença ambiental e sem a implementação do plano de resíduos sólidos O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso II da Resolução n.º 02/2018-CSMP e do Enunciado 22 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.2. Processo n.º 000311-151/2015

Requerente(s): Fundação Papa João Paulo XXII (FUNPAPA)

Requerido(s): CPL-FUNPAPA

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo de Licitação n.º 1.334/2014 da FUNPAPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.3. Processo n.º 000410-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e ELIANE DE CASTRO COUTINHO
Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção ir-

regular de gratificações no âmbito da UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.4. Processo n.º 000080-340/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Colégio Dom Amando

Origem: 11º PJ de Santarém

Assunto: Tutela dos Direitos e Interesses das Pessoas com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida nas instalações prediais do Colégio Dom Amando O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.5. Processo n.º 000719-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Cultura (SECULT)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível irregularidade no recebimento do subsídio mensal estabelecido pela Lei n.º 14.017/2020

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO do DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, por força do art. 109, inciso I da CF/88.

1.2.6. Processo n.º 000534-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Leny Silene de Freitas Castro

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.7. Processo n.º 000345-270/2019

Requerente(s): Centro de Especialização de Assistência Social (CREAS)

Requerido(s): Renan Gonçalves Da Silva

Origem: PJ de Afuá

Assunto: Apurar possível violação de direitos de adolescente, em situação de risco e vulnerabilidade social

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, devendo retornar à Promotoria de Justiça para que lá seja arquivado, em face da conversão em Procedimento Administrativo, conforme Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público c/c art. 37, § 5º, da Resolução n.º 007/2019 do CPI.

1.2.8. Processo n.º 000959-116/2013

Requerente(s): Érica Castro

Requerido(s): Vanessa Carmona, Jacqueline Rodrigues Alves e outros.

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possível prática de nepotismo na PARATUR e eventual existência de funcionários fantasmas

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.9. Processo n.º 000080-151/2016

Requerente(s): Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MPE (NCIC)

Requerido(s): Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possível prática de nepotismo no âmbito da COHAB O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.10. Processo n.º 002394-027/2019

Requerente(s): Associação dos Pescadores, Psicultores, Aquicultores e Impactados de Tucuruí, região e adjacências

Requerido(s): A Coletividade

Origem: 1º PJ de Tucuruí

Assunto: Apurar possíveis danos sofridos pelos moradores do entorno do Lago da UHT Tucuruí

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o seu julgamento em diligências a serem cumpridas pela Promotoria de Justiça de origem, nos termos do art. 27, § 3º, inciso I da Resolução n.º 07/2019 — CPJ

1.2.11. Processo n.º 000293-151/2016

Requerente(s): Ministério Público Federal (MPF)

Requerido(s): Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) e Edilson Cardoso de Lima

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Suposta ocorrência de improbidade administrativa no recurso de rescisão interposto por Edilson Cardoso de Lima, para alterar o Acórdão n.º 54.169 proferido por TCE/PA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.